

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO: compreensão, apropriação e implementação do Plano Estadual de Educação no Estado do Pará.

Vitória Ribeiro dos Santos¹

RESUMO

Este artigo discorre sobre a inserção das discussões de gênero e perspectivas sócio-históricas das sexualidades nas políticas de educação e fez-se uma análise acerca da implementação do Plano Nacional e Estadual, com o objetivo de apresentar as Estratégias voltadas para a temática de gênero e sexualidade e verificar como ocorreu sua implementação. A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa, a partir do procedimento de revisão bibliográfica e análise do Plano Estadual de Educação do Estado do Pará e do Relatório da IV Conferência Estadual de Educação 2022. Os resultados se mostram temerosos, apesar de existirem Estratégias que garantem o desenvolvimento dessa temática nas escolas, em razão de apenas duas ações terem sido efetivadas. Conclui-se que há um árduo caminho para a admissão do gênero e da diversidade sexual nas políticas públicas de educação, inserido dentro de um contexto ideal de diálogo com o que se propõe nas Metas e Estratégias.

Palavras-chave: Política Educacional; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

This article discusses the insertion of gender discussions and socio-historical perspectives of sexualities in education policies and an analysis was made about the implementation of the National and State Plan, with the objective of presenting the Strategies focused on the theme of gender and sexuality and verify how its implementation occurred. The methodology used was a qualitative approach, based on the literature review procedure and analysis of the State Education Plan of the State of Pará and the Report of the IV State Conference on Education 2022. The results are fearful, despite the existence of Strategies that guarantee the development of this theme in schools, because only two actions were carried out. It is concluded that there is an arduous path for the admission of gender and sexual diversity in public education policies, inserted within an ideal context of dialogue with what is proposed in the Goals and Strategies.

Keywords: Educational politics; Gender; Sexuality.

¹ Universidade Federal do Pará; Graduanda; 570vito@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, iniciou-se gradualmente no Brasil a introdução das discussões de gênero e perspectivas sócio-históricas das sexualidades nas políticas de educação. O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, mais outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTQIA+) junto do Movimento das Mulheres ocupa a função principal na luta efetiva de projetos, iniciativas e programas relacionados com a integração da diversidade sexual no ambiente educacional.

No ano de 2015 teve início o processo de elaboração dos planos de educação dos estados e Distrito Federal. Era nítida a influência das discussões posteriores à vigência do plano nacional de educação no então processo de construção dos planos estaduais e distrital. Em pesquisa feita por Cláudia Vianna e Alexandre Bartolini (2020), foi constatado que dos 25 planos de educação por eles examinados, apenas sete tratam explicitamente sobre questões de gênero e sexualidade no sentido de ultrapassar a desigualdade e possibilitar a garantia de direito das mulheres e da população LGBTQIA+. Entre os estados que abordaram diretamente a questão de gênero e diversidade sexual está o Pará, o qual será o objeto de interesse deste estudo.

A metodologia de pesquisa realizada para esse trabalho é de abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se do procedimento de revisão bibliográfica de estudos acadêmicos referentes à apropriação do assunto “gênero e sexualidade” na educação, assim como uma análise do Plano Estadual de Educação do Pará (PEE-PA) e do relatório da IV Conferência Estadual de Educação 2022 (CONEE), feita pela comissão de monitoramento e avaliação do Governo do Estado do Pará, publicado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), que tem como objetivo elucidar como se deu o cumprimento das metas e estratégias postos no PEE-PA e o acompanhamento das políticas educacionais desenvolvidas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Como o Estado do Pará compreendeu, se apropriou e implementou as temáticas de gênero e sexualidade após a aprovação do PEE-PA? O que os órgãos responsáveis pela implementação fizeram para alcançar as metas e estratégias referentes a essa temática? A partir desses questionamentos, o presente artigo objetiva apresentar o contexto histórico de implementação do Plano Nacional e Estadual, quais foram as estratégias voltadas para a tema de gênero e sexualidade apresentadas pelo PEE-PA e como elas foram implementadas.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A conquista de políticas públicas na educação que englobam a questão de gênero e sexualidade foi - e tem sido - marcada por grandes disputas ideológicas que consistem na luta pela ampliação desses direitos contra sua inibição, resultado de um movimento maior que tinha como objetivo o enfrentamento da incorporação da diversidade nas políticas públicas não só no Brasil, como no mundo (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

As discussões sobre gênero e diversidade sexual na educação ganhou maior destaque no período dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva - o primeiro entre 2003/2006 e o segundo entre 2007/2010. Essa pauta se desenvolveu conturbadamente com as crescentes disputas ideológicas em volta desse assunto durante o governo Dilma Rousseff, quando ocorreu o veto do projeto Escola Sem Homofobia, resultado da tensão da bancada religiosa conservadora no Congresso Nacional.

Essa conjuntura de super valorização da tradição e dos ditos “bons costumes”, em detrimento das diversas expressões de gênero e sexualidades, refletiu no conteúdo do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 com vigência até 2024, que tinha como meta a superação das desigualdades educacionais e erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014), sem grandes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



pormenores referentes à eliminação de todas as formas de discriminação, deixando à encargos dos estados e do Distrito Federal, em seus planos estaduais e distrital, a decisão de priorizar, ou não, as temáticas de igualdade de gênero e diversidade sexual.

Em 12 de maio de 2015, em função da aprovação do PNE em 2014, se inaugura a escritura do novo Plano Estadual de Educação, apresentado pela SEDUC em uma Audiência Pública, concomitante a um longo período de greve dos professores da rede estadual. A audiência pública ocorreu em meio a protestos, silenciamentos e interrupção dos debates por parte da representação oficial da SEDUC, mas, mesmo assim, o Plano foi considerado aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE-PA).

No dia 24 de junho de 2015, em uma edição extra publicada no Diário Oficial do Estado, traz publicada a Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015, assinada pelo governador Simão Jatene, referente ao PEE-PA, que passa a nortear o planejamento e execução de ações no âmbito da educação no Estado do Pará no período de dez anos.

3 ESTRATÉGIAS VOLTADAS PARA A TEMÁTICA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os planos estaduais devem seguir as legislações educacionais. E suas metas, tem de manifestar-se nas leis e nos planos seguintes, que estarão em vigor no intervalo de tempo do Plano (2014-2024).

Nesse sentido, o PEE-PA prevê em sua meta 7.33:

Implantar e desenvolver, no âmbito de suas competências, até o segundo ano de vigência do PEE, políticas de prevenção e combate à violência nas escolas, com capacitação dos profissionais da educação para atuarem em ações preventivas junto aos (às) estudantes na detecção das causas como: violência doméstica e sexual, questões étnico-raciais, de **gênero**, comercialização e uso de drogas no interior das escolas e de **orientação sexual**, para a adoção das providências adequadas, promovendo a cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (PARÁ, 2015, p. 20, grifo nosso).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Além disso, o PEE-PA em sua meta 7.34 se propõe a:

Promover e garantir, no âmbito de suas competências, a formação continuada dos profissionais da educação, incluindo gestores e servidores das secretarias de educação, sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/AIDS, alcoolismo e drogas, em sua interface com as **questões de gênero e sexualidade**, questões étnico-raciais, geracionais, situação das pessoas com deficiência, na vigência deste PEE (PARÁ, 2015, p. 20, grifo nosso).

E por fim, o PEE-PA em sua meta 7.35, objetiva:

Elaborar e distribuir, em parceria com os órgãos competentes, material didático para educadores(as), estudantes e pais e/ou responsáveis sobre: direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/AIDS, alcoolismo e drogas, em sua interface com as **questões de gênero, orientação sexual e sexualidade**, questões étnico-raciais e geracionais (PARÁ, 2015, p. 21, grifo nosso).

O que demonstra uma preocupação não só com a inserção das questões de gênero e sexualidade, como também com a qualificação dos profissionais de educação e produções de materiais didáticos.

4 IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS

A educação tem o papel principal quando o objetivo é a valorização da diversidade - princípio fundamental para garantia de inclusão, viabilização igual de oportunidades e contrapor todo tipo de preconceitos, discriminações e violências - sobretudo no que diz respeito aos temas relacionados à gênero e sexualidade (RIOS; CARDOSO; DIAS, 2018). Diante dessa constatação, ao analisar o resultado do relatório da CONEE 2022, no que se refere às questões voltadas para a então prometida inserção, qualificação e produção de materiais didáticos relacionados ao gênero e sexualidade, o resultado da pesquisa foi temeroso.

Observou-se que as Estratégias 7.33, 7.34 e 7.35, que tratam explicitamente sobre questões de gênero e sexualidade, estão entre as 26 Estratégias (49%) que puderam ser monitoradas e, conseqüentemente, tiveram ações previstas, efetivadas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ou em processo de efetivação pelo Poder Público Estadual. No entanto, das 53 Estratégias, 14 Estratégias (46%) sofreram algum tipo de ementa aprovadas pela Plenária Final da IV CONEE 2022, entre elas as Estratégias 7.33 e 7.34, enquanto que 39 Estratégias (74%) foram mantidas em sua versão original, entre elas apenas a Estratégia 7.35. Em seguida, é feita uma descrição dos aspectos relacionados ao conteúdo das Estratégias monitoradas e avaliadas pelos delegados/as da Conferência.

No que se refere a Estratégia 7.33, que tem como objetivo o combate à violência nas escolas, entre outras demandas, por questões de gênero e sexualidade, é descrito que a SEDUC possui parceria com a Polícia Civil Comunitária que promove ações educativas e preventivas em 7 escolas de Belém, mas não especifica quais tipos de violências essas ações buscam prevenir, não sendo relacionado com a temática de gênero e sexualidade.

Em relação a Estratégia 7.34, que tem como objetivo a formação continuada dos profissionais da educação no que diz respeito aos direitos humanos, entre outros tópicos, por questões de gênero e sexualidade, foi constatado que no período de 2018 a 2021, houve a formação de multiplicadores promovida pela Caec/Saen/SEDUC por meio do “Projeto bem conviver” com temáticas diversas, sendo que duas falam explicitamente sobre gênero e sexualidade, foram elas: o projeto “Judiciário na Escola: unindo esforços no combate à violência contra a mulher”, realizado em 2017, e em 2020 a Caec em parceria com o Cefor realizou a formação para os profissionais de educação (direção escolar, corpo técnico e docentes) da 4ª URE Marabá, denominada “Por uma discussão ao enfrentamento à evasão escolar: direito à diversidade de gênero e sexual em foco”.

Acerca da Estratégia 7.35, que prevê a elaboração e distribuição de material didático sobre direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/AIDS, entre outros temas. Em 2016, foram entregues kits de material pedagógico nas formações sobre prevenção ISTs/AIDS e gravidez na adolescência, ação de promoção da saúde com os representantes das escolas pactuadas e coordenadores

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

municipais do Programa Saúde na Escola em parceria com o Ministério da Saúde/Coordenação Nacional do PSE e Unicef. Em 2017, além da distribuição de cartilhas relacionados a diversos temas, foi distribuída a Cartilha do Projeto “Minha Escola, Meu Refúgio” do Tribunal de Justiça com a temática da violência contra crianças e adolescentes, mas que não se relacionava com violência por gênero e sexualidade. E entre 2018 e 2021 foram disponibilizados vários materiais pedagógicos, mas no que se refere às questões de diversidade de gênero e orientação sexual, não houve nenhuma distribuição de material acerca desse assunto em específico, evidenciando o total descaso e desinteresse dos órgão responsáveis pela temática.

Em suma, os delegados/as da IV CONEE 2022, concluíram que 7 Estratégias (13%) das estratégias da meta 7 foram efetivadas, entre elas a 7.34 e 7.35; 18 Estratégias (34%) foram parcialmente implementadas desde a vigência do PEE-PA, entre elas a 7.33; E 28 Estratégias (53%) não se tornaram objeto de avaliação, porque não há dados alusivos ao monitoramento.

Em conclusão, são postas as estratégias em versão original e as Ementas Aprovadas, com as alterações aprovadas pela Plenária Final, onde na Estratégia 7.33 o “implementar e desenvolver (...)” foi substituído por “garantir equipe multidisciplinar para a implantar e desenvolver (...)”, enquanto que na Estratégia 7.34 foi adicionado às temáticas de gênero e sexualidades, entre outras, a situação das pessoas com deficiência. Desta forma, terminando o diagnóstico da meta 7 e suas Estratégias.

5 CONCLUSÃO

Entender os obstáculos da educação ente a compreensão das relações de gênero e sexualidade, sobretudo no que se relaciona com a população LGBTQIA+, é expressar as invisibilidades vividas por esses sujeitos em oportunidades para uma interação que objetive a inclusão, a educação e a permanência.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Esse trabalho buscou elucidar os ganhos e as perdas na inclusão da temática de gênero e sexualidade pelo governo e o Estado no ambiente escolar. E os resultados se mostraram temerosos no sentido de que, apesar de existirem estratégias que assegurem a garantia do desenvolvimento dessa temática nas escolas, em um espaço de tempo de 7 anos foram efetivadas apenas duas ações dentro dessa temática, sendo uma delas diretamente relacionada com a questão da diversidade sexual e de gênero.

Por fim, a tarefa de admissão do gênero e da diversidade sexual nas políticas públicas de educação percorreu - e ainda percorre - um árduo caminho para se estar inserido dentro de um contexto ideal de diálogo com o que se propõe em suas metas e Estratégias. O sistema de educação insiste em ignorar a sexualidade na infância e a existência de jovens LGBTQIA+ nas escolas, nesse sentido, perpetuando processos historicamente excludentes, que devem ser superados no campo das relações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

PARÁ. Decreto de Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE-PA) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, p. 1 - 32. 24 jun. 2015.

PARÁ. Secretaria de Educação. **Relatório Plano Estadual de Educação do Pará**. Belém, 2022. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/porta_l_seduc/Relatorio%20do%20PEE-Pa-07483.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

RIOS, P. P. S.; CARDOSO, H. de M.; DIAS, A. F. Concepções de gênero e sexualidade d@s docentes do curso de licenciatura em pedagogia: por um currículo Queer. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 98–117, 2018. DOI:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



10.25053/redufor.v3i8.272. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/272>. Acesso em: 18 abr. 2023.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. 1-25, 2020. DOI: 10.1590/S1678-4634202046221756. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/187136>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

